



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA
**CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 11 DE
TAGUATINGA**
CND 05 - ÁREA ESPECIAL - TAG.NORTE – 3901-6689

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Para construir uma Proposta Pedagógica de sucesso, temos que conhecer nosso público alvo, os nossos alunos. Propomos que, no início do ano letivo, possamos aplicar testes em nossos alunos para construir este perfil. A estratégia vai possibilitar ações individuais e coletivas voltadas para o seu pleno desenvolvimento.

Taguatinga-DF, Março de 2020

"Se tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente". (Paulo Freire)

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	5
2.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	7
4.	CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA.....	10
4.1.	ESTRUTURA FÍSICA:.....	10
4.2.	SERVIDORES.....	10
4.3.	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE APOIO:.....	11
4.4.	RECURSOS PEDAGÓGICOS:.....	11
4.5.	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE APOIO:.....	12
5.	DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR.....	13
5.1.	FUNÇÃO SOCIAL.....	14
6.	MISSÃO.....	16
6.1.	OBJETIVOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS:.....	16
6.2.	AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	18
7.	PRINCÍPIOS NORTEADORES:.....	20
8.	CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	21
8.1.	DO PROFESSOR ESPERAMOS QUE:.....	22
8.2.	DO ALUNO ESPERAMOS QUE:.....	22
8.3.	DOS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO E APOIO TÉCNICOS ESPERAMOS QUE:.....	22
9.	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	24
9.1.	Objetivo.....	24
9.2.	Carteirinha – Identidade Estudantil.....	24
9.3.	Uniforme.....	24
9.4.	Aulas.....	24
9.5.	Intervalo.....	25
9.6.	Coordenação Pedagógica.....	25
9.7.	Ciclos.....	26
9.8.	Reagrupamento interclasse.....	27
9.9.	Reagrupamento intraclasse.....	28
9.10.	Projeto Interventivo.....	29
9.11.	Desenvolvimento Curricular nos Ciclos.....	29
9.12.	Organização do Ciclo na escola.....	30
9.13.	Aulas.....	30
9.14.	Boletim.....	30
9.15.	Conselho de Classe.....	31
10.1.	O CURRÍCULO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	31
10.2.	AVALIAÇÃO.....	32
10.3.	ENSINO.....	33
10.4.	APRENDIZAGEM.....	33
10.5.	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	34
10.6.	SALA DE RECURSOS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	34
10.7.	SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	34
10.8.	INSTITUIÇÕES AUXILIARES.....	35
10.8.1.	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM).....	35
10.8.2.	CAIXA ESCOLAR.....	36
10.8.3.	CONSELHO ESCOLAR.....	36

10.9.	CONCEPÇÕES, PRÁTICAS, ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÕES.....	37
11.	ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR.....	38
11.1.	GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA.....	38
11.2.	CONSELHO DE CLASSE.....	39
11.3.	RECUPERAÇÃO PROCESSUAL.....	39
12.	ESTRATÉGIAS.....	39
13.	METAS.....	41
13.1.	MELHORIA DO IDEB.....	41
13.2.	COMBATE À EVASÃO ESCOLAR.....	41
13.3.	DIMINUIR A RETENÇÃO ESCOLAR.....	41
14.	METODOLOGIA.....	42
14.1.	SUGESTÕES:.....	42
15.	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:.....	43
16.	RECURSOS FINANCEIROS:.....	45
17.	PROJETOS:.....	46
	LEITURA EM AÇÃO.....	46
	FESTA JUNINA.....	Error! Indicador Não Definido .
	PROJETO – SEMANA DE RECUPERAÇÃO.....	51
18.	BIBLIOGRAFIA:.....	52

1. APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento da Proposta Pedagógica do CEF 11 no ano de 2020 com a implantação do CICLO é resultado de encontros e muitas discussões com todos os segmentos que compõem a comunidade escolar. Ela expressa os anseios dessa comunidade, propõe um diagnóstico de seus principais problemas e elenca suas possíveis soluções.

A participação na construção está acontecendo de diversas formas, entre elas:

- Docentes – reuniões periódicas de análise e definições de procedimentos a serem seguidos durante o ano em exercício.
- Discentes – consultas prévias e constantes sobre a realidade da instituição escolar e das expectativas de melhoria da qualidade de educação ofertada e, das possibilidades de alcance do sucesso escolar.
- Pais e/ou responsáveis – questionário gerador de dados onde se possa perceber a realidade sócio-econômica das famílias e das possíveis contribuições desse seguimento para melhoria do ensino ofertado.
- Auxiliares de ensino – reuniões de apreciação e sugestões de melhoria para a realidade educativa da instituição.
- Profissionais da educação – Reuniões para diagnose dos problemas a serem enfrentados e estudo sistemático das prováveis soluções.

O compromisso com a educação de qualidade, concentrada na aprendizagem, exige que a prática pedagógica seja delineada em propósitos, estratégias e diretrizes que conduzam de modo eficaz, o processo teórico-prático de ação – reflexão - ação.

Neste documento, descrevem-se princípios e fundamentos que norteiam as intenções pedagógicas e traçam-se metas, objetivos e estratégias que nos permitirão alcançá-los.

A Proposta Pedagógica também descreve a sistemática administrativo-financeiro-pedagógica e os projetos específicos que valorizam o respeito, a tolerância, a ética, a solidariedade e princípios pedagógicos como a interdisciplinaridade e a contextualização, tendo o protagonismo dos estudantes como vetor da organização do trabalho pedagógico.

A Constituição Federal legitima princípios para a educação de qualidade em que sejam garantidas as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam suas necessidades sociais, políticas e econômicas sejam atendidas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN utilizam os princípios constitucionais para orientar a educação escolar e a Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação do Distrito Federal, seguindo essas orientações, dá ênfase ao sucesso escolar.

Neste sentido, a escola desenvolve projetos, atua diretamente com alunos portadores de necessidades especiais, em sala de recursos, em parceria com a Equipe de Apoio à Aprendizagem, Oficina Pedagógica de Taguatinga e outras instituições de ensino que compartilham conosco suas experiências de sucesso.

Para todas essas atividades são previstas culminâncias na forma de exposições, feiras, festas, palestras e oficinas que envolvam a comunidade escolar.

A Proposta Pedagógica prevê a realização da avaliação institucional que permitirá a análise qualitativa das atividades desenvolvidas, assim como dos procedimentos administrativo-pedagógicos, redirecionando-os caso seja necessário.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição Educacional: CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 11 DE TAGUATINGA.

Endereço:

CND 05 ÁREA ESPECIAL S/Nº - PRAÇA DO BICALHO
TAGUATINGA NORTE – DF
CEP 72.120-055

Telefone/ fax/ e-mail (61) 3901- 6689

Direção: cefl1taguatinga@edu.se.df.gov.br

Pedagógico: coordenacaocefl1@gmail.com

Turnos e horários de funcionamento

Matutino: 7h30 às 12h30;

Vespertino: 13h15 às 18h15.

Etapas, fases e modalidades

Ensino Fundamental – Séries finais (6º ao 9º anos)

Distribuição de turmas

Matutino:	Vespertino:
8º ano - 07 (sete) turmas 9º ano - 08 (oito) turmas	6º ano (sete) turmas 7º ano (oito) turmas

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL:

Esta Instituição iniciou suas atividades em 1962 com a denominação de Escola Classe 04 de Taguatinga. Sua primeira Diretora foi a professora Arilza Maria Auxiliadora Crelier de Araújo . criação em 14/01/1966, pelo Decreto Nº 481 – GDF.

Em seguida, foi transformado em Centro de Ensino de 1º Grau 11 de Taguatinga, pela Resolução Nº 453 – CD de 18/02/1981 e Parecer Nº106 – CED, de 15/07/1982 – DODF Nº 184, de 05/08/1992.

Por último, passou a ser Centro de Ensino Fundamental 11 de Taguatinga – CEF 11, após a publicação da Portaria 003/2004, de 12/01/2004. Localizada na CND 05 - Área Especial, a escola encontra-se no centro da Praça do Bicalho, em Taguatinga Norte.

Ao longo de sua história, o CEF 11 enfrentou dificuldades no quesito segurança pública, sobretudo por ele se encontrar centralizado em uma grande praça da cidade - a Praça do Bicalho, entretanto identifica-se que a partir de 2017 com a chegada de uma nova gestão, os laços com a Secretaria de Segurança foram cada dia mais estreitados, resultando num trabalho sistemático de combate à violência na área Praça do Bicalho.

O CEF 11 comemora a partir destes três últimos anos a conquista de uma relação de proximidade e integração com sua Comunidade Escolar. A Instituição embora seja situada em uma região central da R.A.III , recebe alunos das mais diversas R.A's do DF e entorno como Águas Lindas do GO, Colônia Agrícola Vicente Pires, 26 de setembro, Vila São José, Samambaia, Riacho Fundo II, Ceilândia, entre outras.

Os pais buscam justificativas para matricular seus filhos tão longe de suas residências, tais quais: alta criminalidade nas cidades em que moram, faltas de estrutura física das escolas e de uma estrutura pedagógica eficiente nas mesmas . Outra citação é que os filhos ficam longe de seus pais, haja vista, que esses trabalham em cidades satélites mais distantes não tendo tempo de acompanhar seus filhos em seu processo educacional e de aprendizagem. Portanto optaram por esta I.E para ficarem mais perto de seu trabalho. Segundo a declaração dos pais, podem comparecer às convocações quando solicitados e também acompanhar um pouco mais de perto a vida escolar de seus filhos.

Desde 2008, a escola está executando o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, sob a orientação da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga – CRET, por meio do Núcleo de Monitoramento Pedagógico – NMP. Porém, com a implantação do CICLO na Secretaria de Educação, tem-se discutido novos assuntos de relevante interesse pedagógico e levantado recentes dados que subsidiarão a construção de um Plano de Ação. Isto, além de estar em harmonia com o atual sistema implantado na SE, também com o intuito de corrigir os índices relacionados a este estabelecimento de ensino com foco na aprendizagem significativa, conforme decreto 6094/07-PDE.

4. CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA

4.1. ESTRUTURA FÍSICA:

Direção:

- 01 sala da Equipe Diretiva;
- 01 sala para atividade administrativa;
- 01 secretaria;
- 01 sala de apoio a Direção;
- 01 sala para Coordenadores;
- 01 sala dos professores;
- 01 copa para os professores
- 01 sala para coordenação dos professores;
- 01 sala para atendimento disciplinar;
- 01 biblioteca;
- 01 sala de Orientação Educacional;
- 15 salas de aula;
- 01 sala de mecanografia;
- 01 sala dos auxiliares de conservação e limpeza e vigilantes;
- 01 sala para material pedagógico;
- 01 laboratório de informática;
- 01 auditório/ refeitório;
- 02 banheiros com 6 boxes para alunos;
- 01 banheiro para estudantes com deficiência;
- 01 estacionamento;
- 01 pátio interno;
- 01 sala de equipe para diagnóstico (SEAA)
- 01 sala de atendimento de apoio especializado

4.2. SERVIDORES

- 01 Diretor;
- 01 Vice-diretor;
- 02 Supervisores ;

- 03 Coordenadores Pedagógicos
- 01 Secretário escolar;
- 03 Apoios Técnico-administrativos;
- 02 Merendeiros (Empresa G & E);
- 10 Servidores de Conservação e Limpeza terceirizados (Real);
- 04 Vigilantes (Empresa Confederal);
- 04 Educadores Sociais Voluntários;
- 01 Monitor de carreira;
- 61 professores (sendo 08 readaptados).
- 06 Auxiliares administrativos;

4.3. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE APOIO:

- Sala de Recursos para estudantes com deficiência;
- Equipe de Atendimento e Apoio à Aprendizagem;
- Oficina Pedagógica;
- Serviço de Orientação Educacional;
- Monitores (Programa Jovem Educador Voluntário);

4.4. RECURSOS PEDAGÓGICOS:

- Livros didáticos e paradidáticos.
- Aparelhos de som, fitas, CDS.
- Laboratório de Informática.
- Retroprojeter.
- Jogos diversos: xadrez, dominó e dama.
- Globo, Atlas, mapas geográficos e históricos.
- Instrumentos matemáticos: réguas, transferidores, compassos.
- Datashow.
- Lousa digital.
- Material de ciências: esqueleto, mapa do corpo humano, microscópio.

4.5. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE APOIO:

- Sala de Recursos para ANEE;
- Equipe de Atendimento e Apoio à Aprendizagem;
- Serviço de Orientação Educacional;
- Educadores Sociais Voluntários (Programa Jovem Educador Voluntário);

5. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

Nossos estudantes são oriundos de várias comunidades que pertencem tanto às regiões administrativas do DF quanto ao entorno. São famílias de baixo poder aquisitivo e que pertencem à assentamentos e são beneficiários de vários programas de assistência governamental.

A Proposta Pedagógica que ora apresentamos, busca transformações e está comprometida com a realidade desta U.P.E, tendo como meta soluções criativas para os problemas do cotidiano, respeitando a dignidade e os direitos de cada pessoa num trabalho de equipe.

Nossos principais valores: o compromisso, como dedicação de todas às suas funções; a organização como cumprimento das normas gerais regimentadas: a solidariedade e a participação, onde o trabalho será realizado de forma cooperativa e responsável. Esta proposta levando em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – LDB 9394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto no Referencial Curricular Nacional para a Educação Básica – Ensino Fundamental de 6º ao 9º.

Atendendo a legislação em vigor, em 2013, a escola se propõe a um trabalho baseado nas diferenças individuais e na consideração das peculiaridades das crianças na faixa etária atendida pelo Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos, bem como exercer sua função social de educar e cuidar da criança, complementando a ação das famílias, porém com características distintas.

Considerando que os alunos desenvolvem suas capacidades de maneira heterogênea, a educação no CEF 11 tem por função criar condições para o desenvolvimento integral a todos eles, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias através de uma atuação que propicia o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

Considerou também as relações diretas e indiretas dessas práticas com os problemas específicos da comunidade local, pois de posse do conhecimento de suas expectativas, necessidades, formas de sobrevivência, valores, costumes, manifestações culturais e artísticas é que iremos atender a comunidade e auxiliá-la a ampliar seu instrumental de compreensão e transformação do mundo.

Nessa perspectiva para cumprir sua função social o CEF 11 buscou a participação dos pais e comunidade na discussão e elaboração de sua Proposta, a fim de considerar as práticas da sociedade, sejam elas de natureza econômica, política, social, cultural, ética ou moral.

A organização do trabalho pedagógico desta instituição procura amenizar os efeitos do insucesso escolar buscando uma educação que permita também uma melhoria da qualidade social dos educandos, para tanto, via trabalho coletivo, as potencialidades e as fragilidades são analisadas e

refletidas para que possam subsidiar intervenções pedagógicas e administrativas que coadunam com o êxito educacional.

5.1. FUNÇÃO SOCIAL

Nossa I.E, está alicerçada nos princípios de liberdade, participação, autonomia, pluralidade e diversidade da nossa comunidade escolar, nesse sentido queremos assegurar democraticamente:

- o desenvolvimento integral do estudante;
- a formação para a cidadania com garantia de direitos humanos com vistas de inserir o aluno no mercado de trabalho;
- o aprimoramento da criatividade, do senso crítico e reflexivo e das demais potencialidades humanas a serviço de um projeto social sustentável.
- garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, da formação para o exercício da cidadania;
- a promoção de experiências pessoais e coletivas com o objetivo de formação de estudantes colaborativos, pesquisadores, críticos e corresponsáveis por suas aprendizagens;
- o desenvolvimento da capacidade de simbolizar, perceber e compreender o mundo e suas diversidades, por meio de relações socioculturais, possibilitando a estruturação de seu modo de pensar e agir e, portanto, a construção de sua autonomia e identidade.

Sob essa perspectiva, a escola deve sistematizar o saber prévio do aluno atuando como ator no diálogo de apropriação do saber, aliando o saber popular ao saber científico. Deve procurar políticas e estratégias que programem e garantam uma gestão participativa e efetiva de outros atores na condução dos trabalhos pedagógicos na unidade de ensino, contribuindo assim com a construção de uma sociedade mais justa

A Constituição Federal, Carta Magna de 1988, traz em seu artigo 205 que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E arremata no artigo seguinte com os princípios que regem o ensino: Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.

Por sua vez a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz em seu artigo 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Desta forma percebe-se que muito além da apresentação e desenvolvimento dos conteúdos sistematizados, por sua vez organizados em áreas do conhecimento, a escola assume e compartilha com outros atores o protagonismo no estudo, apropriação e transformação da sociedade na qual se insere.

6. MISSÃO

Nossa escola tem por missão construir e implementar uma Proposta Pedagógica voltada para o pleno desenvolvimento dos alunos frente às suas reais necessidades. Propiciando a discussão de temas transversais que sejam relevantes para a nossa comunidade escolar, assegurando a formação integral na perspectiva da cidadania, diversidade e sustentabilidade humana. Desenvolvendo atividades que proporcionem ao educando não somente a construção do conhecimento científico, mas também situações que promovam aquisição do senso crítico que garantam de acesso e permanência com sucesso, bem como a democratização da cultura, o respeito ao meio ambiente e integração família/escola.

6.1. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS:

Segundo o marco normativo brasileiro, é princípio e finalidade da educação a formação de cidadãos. Tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB estabelecem que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes à sua condição. A cidadania plena passa a ser, desse modo, um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais.

A estrutura e a organização dos anos finais do ensino fundamental tem sido discutidos amplamente na secretaria de Educação do DF, e, em particular por esta comunidade escolar, que procura nesta etapa de ensino promover a educação visando a compreensão dos direitos da pessoa humana, o fortalecimento da cidadania através do respeito mútuo, da dignidade social, da liberdade fundamental e do desenvolvimento das potencialidades do educando, como elemento de auto realização.

A peculiaridade dos anos finais como fase intermediária da educação básica leva a instituição a estabelecer seus objetivos, busca na comunidade escolar a definição coletiva dos objetivos institucionais baseados nos princípios da coletividade, que são pilares da gestão democrática. Sobre isso o currículo em movimento da educação básica do ensino fundamental assevera que:

(Como fase intermediária, protagoniza ruptura na lógica organizacional em relação à fase anterior, o que exige um olhar diferente para a comunidade escolar e seus estudantes que agora estão submetidos a uma organização que contempla uma quantidade maior de docentes e de componentes curriculares.)
Currículo em Movimento da Educação básica – pag.:15

Por essas singularidades optou-se pela definição dos seguintes objetivos institucionais:

- Identificar o perfil acadêmico do corpo discente.
- Construir e implementar uma Proposta Pedagógica voltada para o pleno desenvolvimento dos alunos atendendo às necessidades dos alunos da fase final do Ensino Fundamental.
- Favorecer a interdisciplinaridade na escola.
- Criar o Banco de Atividades Pedagógicas na escola.
- Enriquecer o acervo literário da Sala de Leitura com vistas a desenvolver projetos de leitura e redação.
- Fomentar a discussão de temas transversais que sejam relevantes para a nossa comunidade;
- Realizar pesquisa pedagógica no corpo discente utilizando múltiplos instrumentos avaliativos.
- Promover debates com o corpo docente para discutir a Proposta Pedagógica, convidando autoridades com publicações relevantes na área.
- Apresentar mostras de atividades interdisciplinares adotadas com êxito em outras escolas e que possam ser adaptadas a nossa realidade com suporte da coordenação da área.
- Utilizar o suporte da Equipe Pedagógica (Supervisora e Coordenadoras) para controlar a confecção e aplicação de atividades direcionadas ao corpo discente, quando da ausência do professor em sala de aula.
- Buscar escritores da cidade, com publicações de relevância pedagógica, cujas editoras possam contribuir com doações para o acervo da nossa sala de leitura.
- Promover o debate durante as coordenações, situações da comunidade escolar, que se identifiquem no rol dos temas transversais de grande relevância que possam representar grandes projetos para a escola.

- Favorecer a formação continuada do corpo docente, por meio de estudos sistemáticos durante as coordenações pedagógicas.
- Conscientizar a comunidade escolar da importância de se preservar, valorizar e revitalizar as instalações da escola.
- Criar ações para o cumprimento das normas escolares para todos os segmentos da escola.
- Aperfeiçoar os serviços de limpeza.
- Desenvolver projetos referentes a drogas, sexualidade e pichação que envolva os alunos de forma crítica e consciente ao longo do ano letivo.
- Aplicar as verbas públicas destinadas à escola, mantendo a coerência entre as necessidades enumeradas pela comunidade escolar e os limites financeiros estabelecidos.
- Preparar o aluno para o exercício da cidadania.
- Aprimorar o educando como pessoa, incluindo a formação ética.
- Desenvolver a autonomia intelectual e o pensamento crítico, fomentando o protagonismo no processo de ensino aprendizagem.
- Propiciar o desenvolvimento integral do estudante em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- Contemplar a teoria e a prática no desenvolvimento dos eixos do currículo.
- Permitir a atuação do aluno como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem para que possa ser um cidadão participativo na sociedade.

6.2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Elaborar o plano anual de trabalho com a participação do corpo funcional do CEF 11, fundamentando-o na abordagem que o CICLO propõe e nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Currículo em Movimento da Educação Básica.
- Zelar pelo cumprimento da legislação do ensino e do regimento escolar.
- Estimular o educador na promoção do seu crescimento profissional e/ou pessoal.
- Orientar os educadores na seleção de conteúdos para atender a proposta curricular.
- Prestar assistência técnica e pedagógica aos docentes e/ou pessoal da unidade escolar.
- Pesquisar e registrar necessidades do processo ensino-aprendizagem, buscando soluções para as situações problemas durante o ano.

- Coordenar o levantamento de atividades e recursos necessários para o bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem, proporcionando meios didáticos e pedagógicos para o preparo eficiente das aulas.
- Acompanhar e avaliar a execução dos projetos pedagógicos, formas de avaliação e recuperação.
- Desenvolver no educando, o interesse de se tornar cidadão ativo e participativo dentro do contexto social.
- Proporcionar estudos diversificados através de textos, interpretando-os, discutindo-os quanto às ideias, aos sentimentos expressos, aos assuntos e aos questionamentos que ocasionar.
- Desenvolver junto aos educandos vários aspectos da arte como música, dança, teatro e trabalhos manuais ou artesanais
- Realizar o Conselho de Classe participativo revendo, analisando e corrigindo falhas ocorridas durante o bimestre.

7. PRINCÍPIOS NORTEADORES:

Os princípios, que orientam a prática pedagógica e sustentam as ações administrativas, financeiras e educacionais são:

- Princípio ético: valores de solidariedade, respeito mútuo, justiça, desenvolvimento humano sustentável, entre outros;
- Princípios políticos educacionais: prática democrática, exercício pleno da cidadania;
- Princípios epistemológicos: construção e reconstrução do conhecimento; renovação das práticas pedagógicas (interdisciplinaridade e contextualização);
- Princípios didático-pedagógicos: práticas pedagógicas com os avanços sociais e tecnológicos;
- Princípios estéticos: ações que estimulem a criatividade, a curiosidade, a emoção e as diversas manifestações artísticas e culturais (interdisciplinares).

8. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

No contexto da educação pública do DF, os anos finais da educação básica, no que se refere ao ensino fundamental, requer por parte da Secretaria de Estado da Educação uma atenção especial uma vez que constituem uma fase intermediária entre os anos iniciais e o ensino médio, que resultam mudanças psicológicas, físicas, sociais que fazem com que as alterações comportamentais oscilem.

O currículo desta etapa procura proporcionar um diálogo constante entre a prática pedagógica e o processo de aquisição de aprendizagem, fazendo com que o professor se torne um pesquisador, um estudioso de práxis.

A escola é uma instituição de grande relevância na vida de todo ser humano. Muitas vezes relacionada ao seu sucesso ou ao seu fracasso. Mas é a escola que tem como função social garantir condições para que o aluno viva plenamente a cidadania, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos.

Para que isto ocorra, a comunidade escolar precisa adotar posturas que possam erradicar a cultura da repetência e da evasão escolar. Possibilitando o desenvolvimento harmonioso do ser humano e, por meio da aprendizagem significativa, o leve a responder positivamente às necessidades sociais contemporâneas: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a empreender.

Ao compreender a educação como integral, o Currículo em Movimento da Educação Básica do DF, infere que:

Os conteúdos estão organizados a partir de diferentes áreas de conhecimento, porém particularmente em uma perspectiva de unidade, progressividade e espiralização, vinculadas, diretamente à função social (Currículo em Movimento da Educação Básica – pág.: 15).

Assim, os princípios da aprendizagem significativa se manifestam a partir das diferentes potencialidades de aprender do ser humano e devem produzir novas aprendizagens.

O papel do professor é relevante, uma vez que sua atuação responsável, comprometida e planejada poderá facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem do aluno. As atitudes do professor podem tornar este processo mais dinâmico e eficaz, produzindo habilidades e competências fundamentais ao exercício consciente da cidadania.

8.1. DO PROFESSOR ESPERAMOS QUE:

- Respeite as normas da Instituição.
- Mantenha um relacionamento profissional com seus alunos, pais de alunos, responsáveis, gestores, coordenação e todos aqueles que formam a comunidade escolar.
- Dê condições para que o aluno coloque suas experiências e aproveite os conhecimentos trazidos por eles.
- Exerça sua autoridade sem autoritarismo.
- Proporcione atividades que estimulem a prática pedagógica e o exercício da cidadania.
- Tenha espírito do fazer coletivo.
- Desempenhe sua função com responsabilidade, amor e dedicação.

8.2. DO ALUNO ESPERAMOS QUE:

- Respeite as normas da escola.
- Aja com responsabilidade nas tarefas atribuídas.
- Reivindique seus direitos de forma coerente e respeitosa, visando sempre a melhoria da educação;
- Participe de maneira ativa e respeitosa das atividades propostas pela escola tais como os momentos cívicos, reflexões diárias e nos projetos propostos;
- Respeite os direitos de seus colegas;
- Respeite os professores e demais servidores da escola;
- Seja atencioso com todos, mantendo um clima de harmonia e de cordial conduta social.

8.3. DOS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO E APOIO TÉCNICOS ESPERAMOS QUE:

- Respeitem as normas da Instituição;
- Mantenham um bom relacionamento com seus colegas alunos e professores.
- Desempenhem suas funções com responsabilidade, amor e dedicação.
- Sejam sociáveis com todos, criando um clima de harmonia na escola.

No que se refere à avaliação, esta Instituição adota a avaliação somativa, pois a mesma se fundamenta na possibilidade de utilização de vários instrumentos e procedimentos para ancorar a

construção da aprendizagem, onde a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes se tornem o desafio maior para a comunidade escolar.

A perspectiva avaliativa será norteadada por outros parâmetros da educação integral tendo também como temas de discussão a educação para diversidade cidadania direitos humanos, abordagem Ciclada e ainda, a sustentabilidade. Conforme o currículo da educação básica:

A educação integral tem como princípios: integralidade, intersetorização, transversalidade, diálogo escola comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar negociada. (Currículo em Movimento de Educação Básica – pressupostos Teóricos – pág.: 11).

No que se refere à organização do trabalho pedagógico, a elaboração coletiva da Proposta Pedagógica nos faz refletir sobre as peculiaridades do ensino e da aprendizagem.

Para que haja uma confluência entre esses conceitos, a instituição procura desenvolver saberes e práticas pedagógicas que coagulam com a função social da escola buscando uma ruptura no conservadorismo, combatendo a fragmentação do conhecimento e enfatizando a necessidade da educação ser um produto de construção coletiva.

9. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

9.1. Objetivo

Partindo do princípio de que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, o objetivo do trabalho da coordenação pedagógica, em conjunto com os professores, é desenvolver o currículo de forma interdisciplinar, privilegiando a integração das disciplinas dentro das áreas de conhecimento. Os trabalhos interdisciplinares integram-se a uma avaliação desenvolvida com base em temas atuais, discutidos durante as aulas com o enfoque dado por cada disciplina a esse tema.

9.2. Carteirinha – Identidade Estudantil

Os estudantes do CEF11 recebem a Carteirinha do Sistema Ieducar e esta identidade estudantil é um importante mecanismo de segurança, sendo cobrada do aluno para acesso às dependências da escola.

9.3. Uniforme

Só é permitida a entrada dos estudantes no CEF 11 com o uniforme escolar, inclusive fora do horário letivo. Os uniformes descaracterizados (deformações, rasgos, pichações etc.) assim como o uso de bermudas e shorts acima do joelho serão considerados incoerentes com o ambiente escolar e, por esse motivo, a entrada do aluno na escola será impossibilitada, com exceção ao uso para as aulas de Educação Física, sob autorização do professor responsável. Deve-se enfatizar a incompatibilidade de utilização de chinelos em qualquer situação decorrente de atividades pedagógicas nessa instituição.

9.4. Aulas

A organização das aulas no CEF11 deve ser motivada por três referenciais: (1) ensino de conteúdo programático de acordo com o planejamento pedagógico, (2) reforço do aprendizado por meio de atividades e (3) avaliações programáticas segundo o PP da escola. Nesse sentido, no que tange ao ensino do conteúdo programático, o professor deverá exaurir todo o conteúdo programado para o ano segundo o cronograma escolar. As aulas devem ser planejadas de forma que gerem dinamicidade, promovendo acesso a mecanismos de conhecimento midiáticos e que sejam possivelmente integrados à realidade dos estudantes. Foi priorizada a organização das aulas com horários duplos, proporcionando ao professor e ao estudante um melhor momento para desenvolvimento das atividades.

O professor deverá, também, realizar a divisão dos conteúdos programáticos de maneira coerente, a fim de equilibrar o desenvolvimento das tarefas durante os bimestres. De maneira complementar ao desenvolvimento dos conteúdos, os professores deverão elaborar atividades para cada temática trabalhada em sala de aula, de modo a fornecer ao aluno múltiplas possibilidades de construir a aprendizagem de maneira autônoma, subsidiado pela orientação do professor.

Como estratégia para o desenvolvimento da aprendizagem, são realizados projetos interdisciplinares que buscam desenvolver competências de leitura e escrita, raciocínio matemático, conhecimentos gerais e aplicação da teoria em aspectos práticos do cotidiano, que são bases para o bom desenvolvimento das capacidades do estudante.

Por fim, os conteúdos trabalhados durante os períodos bimestrais serão objeto de avaliação técnica. Nesse sentido, a avaliação é realizada por meio de uma prova de conhecimentos gerais e interdisciplinares realizada ao fim de cada bimestre, que representa 50% do valor total de pontos atribuídos nos componentes curriculares. A pontuação restante para o fechamento da nota bimestral é realizada por meio de atividades práticas produzidas pelos alunos em sala de aula, cabendo ao professor a organização dessas atividades.

A organização do CEF 11 privilegia a permanência do estudante no ambiente escolar para que desempenhe as atividades pedagógicas referentes aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Na ausência de professores no horário de aula, os estudantes não terão as aulas antecipadas (subida de aula), permanecendo no ambiente escolar, com aplicação de tarefas do Banco de Atividades, a encargo da Equipe Pedagógica (Supervisor e Coordenadoras). Essa medida tem como fundamento proporcionar ao estudante o contato com atividades específicas de cada matéria, com atividades complementares, propiciar ambiente sadio para desenvolvimento do convívio social e possibilitar ao estudante a segurança no horário de retorno a sua casa, uma vez que, ao saírem todos os ao mesmo tempo do ambiente escolar é possível inibir atos de violência.

9.5. Intervalo

O intervalo durante as aulas será realizado uma vez no dia letivo, com duração 25 minutos, sendo realizado após a terceira aula. A partir do 2º semestre letivo de 2019 a escola implantou o projeto da sala ambiente e o objetivo é de trazer mais sucesso no desenvolvimento da proposta pedagógica.

9.6. Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica na escola é um espaço de construção de conhecimentos desenvolvidos por meio de reflexões e discussões realizadas entre o corpo docente, serviço de orientação educacional, sala de recursos e a equipe gestora.

9.7. Ciclos

A organização do trabalho escolar por meio de ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental - Anos Finais, no CEF11, respalda-se no artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que estabelece o princípio da flexibilidade na organização do trabalho pedagógico em ciclos ou forma diversa de organização para melhoria do processo de aprendizagem. O artigo 12 da LDB define entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a autonomia da escola na elaboração e execução do projeto político-pedagógico; o artigo 4º da Lei de Gestão Democrática nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, garante autonomia pedagógica às escolas públicas do Distrito Federal para elaborar e implementar seu projeto político pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as com normas e diretrizes da rede pública de ensino do DF.

A ampliação dos ciclos no Ensino Fundamental ampara-se, também, nas Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização, aprovada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal por meio do Parecer nº 212/2006 e instituída pela Secretaria de Estado de Educação do DF por meio da Portaria nº 4 do dia 12 de janeiro de 2007.

A compreensão de ciclos assumida neste Projeto caracteriza-se pelo que Barreto e Sousa propõem: [...] alternativas de organização do ensino básico, que ultrapassam a duração das séries anuais como referência temporal para o ensino e a aprendizagem e estão associados à intenção de assegurar à totalidade dos estudantes a permanência na escola e um ensino de qualidade. [...], demarcam mudanças de concepção de conhecimento e de aprendizagem, na ocupação do tempo escolar, bem como na própria função da educação escolar, vindo a constituir um caminho potencial para a democratização do ensino (2005, p. 660).

A adoção de ciclos nos anos finais do Ensino Fundamental nesta unidade escolar compartilha responsabilidades individuais e coletivas. O trabalho pedagógico coletivo apresentado neste Projeto Político-Pedagógico é uma das condições essenciais para a sua implementação. Para isso, são dinamizados colegiados como: Conselho de Classe, Conselho Escolar, reuniões de coordenação pedagógica coletiva, entre outros.

A progressão continuada das aprendizagens dos estudantes, implícita na organização escolar em ciclos, demanda acompanhamento sistemático do seu desempenho por meio de avaliação realizada permanentemente. É esse processo avaliativo formativo que viabiliza e conduz professores e equipe pedagógica da escola a repensarem o trabalho pedagógico desenvolvido, buscando caminhos que possibilitem sua melhoria em atendimento às necessidades de aprendizagem evidenciadas pelos estudantes.

A progressão continuada, pressuposto da organização escolar em ciclos, não permite que os estudantes avancem sem terem garantidas suas aprendizagens e se fundamenta no pressuposto de que o estudante não deve repetir o que já sabe; e não deve prosseguir os estudos com lacunas em seu processo de aprendizagem.

Isso significa que os estudantes progridem sem interrupções, sem lacunas e sem percalços que venham a interromper a evolução do seu desenvolvimento escolar (VILLAS BOAS, PEREIRA, OLIVEIRA, 2012).

Na perspectiva da organização escolar em ciclos, o trabalho pedagógico proposto neste Projeto fundamenta-se na seguinte organização:

- Nova forma de organização dos conteúdos, dos procedimentos metodológicos, das avaliações e dos tempos de aprendizagem, resguardando os ritmos diferenciados e a heterogeneidade característica dos processos de aprendizagem humana.
- Ensino heterogêneo e diferenciado, caracterizado pelo respeito às potencialidades e ritmos de aprendizagem.
- Adequação permanente dos procedimentos metodológicos com vistas a atingir os objetivos de aprendizagem.
- Avaliação formativa contínua e a serviço da promoção das aprendizagens, conforme as Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica da Secretaria de Educação, 2008.

A opção pelos ciclos nesta instituição tem por base a compreensão de que é urgente reinventar a escola na perspectiva do princípio da igualdade. Compreender e respeitar as diferenças, orientados pela certeza de que não se pode abrir mão de uma educação pública para todos em seu sentido pleno, como preceitua a Constituição Federal de 1988, artigo 205.

As estratégias do fazer didático-pedagógico no cotidiano da sala de aula organiza-se por meio do reagrupamento intraclasse, interclasse e projeto interventivo, ações que priorizam a promoção da aprendizagem significativa (DISTRITO FEDERAL, 2012a).

9.8. Reagrupamento interclasse

A Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, Art. 27 § 2º prevê na organização do trabalho pedagógico a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares e a diversidade nos agrupamentos de estudantes, como indicativo de novas possibilidades de aprendizagens.

Nesse sentido, o reagrupamento interclasse é uma estratégia pedagógica que permite o agrupamento dos estudantes, de acordo com suas dificuldades e potencialidades de aprendizagem, a

fim de permitir o avanço contínuo das aprendizagens, a partir da produção de conhecimentos que contemplem as possibilidades e necessidades de cada estudante. A formação dos grupos será realizada de acordo com as dificuldades e/ou potencialidades apresentadas e as ações serão desenvolvidas pelos professores no próprio turno de regência. O planejamento deve ocorrer coletivamente, durante coordenação pedagógica a partir de objetivos definidos pelos professores envolvidos, que estabelecerão critérios intencionais de reagrupamento. As intervenções pedagógicas de cada grupo poderão ser realizadas evidenciando-se as habilidades de cada professor.

Durante os reagrupamentos, é importante que cada professor disponibilize-se – de acordo com sua formação, sua área de interesse, seus desejos – a sugerir tarefas, apresentar propostas de intervenção, compartilhar recursos e experiências e propor atividades diferenciadas do contexto diário de sala de aula.

A periodicidade da realização do reagrupamento será definida de acordo com os objetivos indicados pela equipe docente. O reagrupamento deverá ser registrado no Diário de Classe, especificando-se os critérios utilizados para a formação dos grupos, as atividades desenvolvidas e o período de realização. Cabe ressaltar que não haverá, com isso, formação de novas turmas. Os estudantes continuam registrados nos Diários de Classe em suas turmas referência, haja vista o caráter temporário e dinâmico dessa estratégia.

Faz-se necessária também a definição das áreas de conhecimento que nortearão o trabalho no grupo. Como o enfoque deverá ser pautado em um trabalho multidisciplinar, nesses grupos as atividades desenvolvidas em Matemática, por exemplo, poderão conter um texto voltado para um conteúdo do bimestre em Português, assim como poderá se valer de um conteúdo de Arte para o desenvolvimento das atividades. O que determinará o êxito dessa estratégia didático-pedagógica é o diálogo entre todos os componentes curriculares, com o objetivo de contemplar as possibilidades e necessidades de aprendizagem dos estudantes.

9.9. Reagrupamento intraclasse

O Reagrupamento Intraclasse consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, de acordo com suas dificuldades de aprendizagem. O planejamento do professor poderá ser realizado individualmente ou coletivamente.

As intervenções pedagógicas, no reagrupamento intraclasse, serão definidas pelo docente, durante o planejamento, de acordo com o diagnóstico, que estabelecerá a sequência didática e os objetivos a serem trabalhados de forma diversificada. É importante pensar que o tempo das atividades deverá ser planejado para que tenham a mesma duração e evite que um grupo de estudantes fique sem atividades.

9.10. Projeto Interventivo

O Projeto Interventivo (PI) é constituído em princípio pela destinação de estratégias de ensino especificamente aplicadas a um grupo de estudantes com dificuldades de aprendizagem, haja vista o não acompanhamento das situações de aprendizagens propostas para o ano em que o estudante se encontra matriculado, independentemente da idade. É uma proposta de intervenção complementar, de inclusão pedagógica e de atendimento individualizado.

O PI visa promover o repensar de concepções e práticas pedagógicas, adequando-as à promoção das aprendizagens dos estudantes. Deve ser realizado considerando-se a diversidade do espaço entendido como ambiente escolar e as peculiaridades das aprendizagens dos estudantes. A carga horária residual dos professores poderá ser utilizada para otimizar os projetos interventivos. Deve ser permanente na sua oferta e flexível, dinâmico e temporário no atendimento aos estudantes. Cabe ressaltar a importância dos registros de todas as ações pertencentes à construção do PI. Algumas formas de registro serão estabelecidas pela SEEDF, no diário de classe, e outras poderão ser constituídas e adotadas por cada Unidade Escolar e por cada professor. Convém salientar que a escrita do Projeto Interventivo torna-se importante como registro, e deve traduzir, de forma simples, a dinamicidade ocorrida no dia a dia de sua aplicação.

9.11. Desenvolvimento Curricular nos Ciclos

A matriz curricular no CEF11 de Taguatinga Norte busca priorizar a aprendizagem significativa. Para isso, propõe uma nova distribuição das disciplinas integrantes das áreas de conhecimento, priorizando o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação de texto, reflexão, conhecimentos e habilidades matemáticas e desenvolvimento da cultura corporal. A parte diversificada foi incorporada nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, o que resultou em um aumento do número de aulas nessas disciplinas, sem, no entanto, redução no número de aula das demais disciplinas.

Ensino Fundamental Séries Finais		
AREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Códigos e Linguagens	Língua Portuguesa + P.D.	06
	Língua Inglesa	02
	Arte	02
	Educação Física	03
Ciências Humanas	História	03
	Geografia	03
Ciências Exatas	Matemática + PD	06
	Ciências Naturais + PD	05
		30 horas

9.12. Organização do Ciclo na escola

A organização do tempo nos Ciclos não é realizada com avaliações tradicionalmente no fim de cada bimestre. São, contudo, realizadas avaliações durante o processo de aprendizagem, com uma avaliação do processo (e não do aluno) ao fim do semestre.

9.13. Aulas

As aulas são organizadas em período duplo, permitindo ao professor melhor aproveitamento do tempo e aprofundamento de discussões, realização de trabalhos e do acompanhamento pedagógico dentro de sala de aula. As estratégias de avaliação empregadas no Ciclo seguem no Anexo V à VII, ao final deste documento.

9.14. Boletim

O boletim utilizado para acompanhamento do rendimento no Ciclo representa uma mudança no eixo de avaliação. A avaliação de rendimento não segue os critérios de quantificação da aprendizagem, uma vez que a quantificação por meio de notas não contempla o real desenvolvimento do estudante no processo de aprendizagem. Assim, utilizamos uma planilha, com base nos diagnósticos prévios, que avalia quais objetivos foram alcançados - seja parcialmente ou integralmente - e quais não foram alcançados, permitindo ao professor a reflexão a respeito de mudança de estratégia para que os objetivos sejam alcançados com sucesso. O foco em questão é a aprendizagem do aluno. As informações contidas no boletim contemplam aspectos de rendimento escolar, aspectos pedagógicos e disciplinares. A grande vantagem desse modelo de avaliação como reiteramos anteriormente, é o foco na aprendizagem e, assim, o aluno tem a possibilidade de se assumir como responsável pelo processo de aprendizagem.

9.15. Conselho de Classe

Com o objetivo de promover a aprendizagem por meio de uma avaliação formal e transparente, a realização do Conselho de Classe dá-se na modalidade participativa. Os alunos e professores reúnem-se para a realização desta avaliação durante o processo de aprendizagem e, também, ao fim deste processo. A vantagem apresentada na realização do conselho participativo pode ser observada pela construção de um momento de reflexão e autoanálise crítica por parte dos estudantes – no que diz respeito a sua postura em relação ao desenvolvimento durante o período letivo – e por parte do professor – no que diz respeito à crítica em relação ao procedimento metodológico utilizado durante o período letivo.

Reiteramos que o Conselho de Classe é realizado sem que haja interrupção do dia letivo. Nesse sentido, a escola utiliza estratégias distintas para que os alunos continuem tendo acesso ao aprendizado.

10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Nessa unidade escolar, o ensino fundamental das séries finais é oferecido em regime bienal, que contemplem os Blocos I (correspondente aos 6ºs e 7ºs anos) e II; (relacionado aos 8º e 9º anos) da educação básica.

Os conteúdos do Ciclo estão distribuídos nos dois Blocos – supracitados - divididos em áreas do conhecimento, levando em conta as habilidades e competências necessárias para que o aluno apresente uma aprendizagem significativa.

A organização curricular do CEF 11, assim como a de todas as escolas públicas do Distrito Federal, está explicitada no Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, tendo como referencial metodológico a Pedagogia Histórico Crítica e a Psicologia Histórico Cultural.

Ela envolve fundamentos filosóficos e sociopolíticos que são convertidos em conteúdos e sofrem tratamento pedagógico para chegar às salas de aula. Por sua vez, os conteúdos são traduzidos em habilidades e competências necessárias à aprendizagem significativa. Dessa forma, o conteúdo deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um meio para o desenvolvimento da cidadania.

10.1. O CURRÍCULO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental constitui a segunda etapa da Educação Básica, é obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 09 (nove) anos, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, estabelecida pela Lei nº 10.172, 9 de janeiro de 2001- Plano Nacional de Educação (PNE), acarretou

a necessidade de organizar essa etapa escolar, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, que estabelecem o acolhimento de estudantes, na lógica do cuidar e educar, como forma de assegurar a aprendizagem de todos (DCN 2013 – Resolução nº4 de 13 de julho de 2010) . A obrigatoriedade, nesse caso, implica diretamente a reorganização administrativa e pedagógica das unidades escolares e, por conseguinte, sua estrutura curricular que nessa secretaria compreende a organização escolar em ciclos e seriação

O currículo organiza-se de modo a favorecer o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, dando prosseguimento ao desenvolvimento das habilidades e competências iniciadas nas primeiras séries do ensino fundamental.

A integração das áreas do conhecimento com os Eixos Transversais (educação para a diversidade, educação do campo, cidadania e educação para direitos humanos, no que tange a sustentabilidade e formação humana integral) ocorre em todo ano letivo. Nas coordenações pedagógicas coletivas, os temas são subdivididos, respeitando a afinidade com cada área do conhecimento e planejam-se ações que serão desenvolvidas em sala de aula e suas respectivas culminâncias.

Ações como estas favorecem o exercício da cidadania plena, por facilitar a atualização dos conhecimentos, em perspectiva crítica, responsável, contextualizadas e compatíveis com as modificações do mundo moderno.

Assim, o processo de aprender é alimentado constantemente pelo estímulo ao questionamento, às opiniões, pesquisas, associações, dentre outras, que o tornam efetivo e útil.

10.2. AVALIAÇÃO

Dividido em dois segmentos – Anos Iniciais e Anos Finais – o Ensino Fundamental tem por objetivo a formação integral do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, pautando-se nos princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento e respeito à diversidade, além da valorização de professores (as) e da gestão democrática do ensino público como garantia da qualidade da educação.

A avaliação formativa foi adotada como concepção e prática norteadora para toda a Educação Básica e suas respectivas modalidades, fundamentam-se na utilização de diferentes instrumentos e procedimentos a fim de possibilitar as aprendizagens de todos na escola.

Essa avaliação possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem, oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. Com base nessa concepção, torna-se possível corroborar avanços, progressos e a continuação de aprendizagens durante toda a trajetória dos estudantes. Para que se sustente a avaliação formativa, o estímulo às práticas como auto avaliação para estudantes e demais profissionais da unidade escolar, bem como o feedback constituem-se elementos imprescindíveis para tornar o processo avaliativo em um espaço-tempo das aprendizagens de todos no interior da escola.

10.3. ENSINO

A proposta de trabalho no Ensino Fundamental, com as diferentes áreas do conhecimento, requer ação didática e pedagógica sustentada em eixos transversais do Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF): Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Considerando a importância da articulação de componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, o currículo propõe eixos integradores: letramento e ludicidade para todo o Ensino Fundamental.

Para que o currículo seja vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, a organização do trabalho pedagógico da escola é imprescindível para a utilização de estratégias didático pedagógicas que devem ser desafiadoras e provocadoras, levando em conta a construção dos estudantes. O Conselho de, preferencialmente participativo, ao menos duas vezes no ano, no período de implantação do Ciclo, como também análise das aprendizagens para a reorganização da prática docente, formação continuada no lócus da escola, coordenação pedagógica como espaço e tempo de trabalho coletivo, entre outros, constituem-se como aspectos fundamentais para essa construção.

10.4. APRENDIZAGEM

Anseia-se por ambiente educativo e rico em recursos, materiais didáticos atrativos e diversificados e situações problemas, que contemplem todas as áreas do conhecimento disponibilizadas aos estudantes, para a reconstrução das aprendizagens por meio da ação investigativa e criadora.

10.5. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A coordenação pedagógica, conquista qualitativa da prática pedagógica, é um espaço imprescindível para debates, discussões, planejamentos e avaliações necessárias à educação de qualidade e à aprendizagem significativa. Ela tem promovido a troca de experiências e favorecido o clima de construção e de organização do trabalho pedagógico do CEF 11.

A liderança e o compromisso dos coordenadores pedagógicos têm sido fundamentais para que os professores e a direção trabalhem juntos no desenvolvimento de projetos, na realização de atividades, nas avaliações e nas retomadas necessárias sempre que forem necessárias.

Nesse sentido a coordenação pedagógica tem oportunizado o diálogo e a reflexão pedagógica, coletiva e por áreas, permitindo que as transformações e necessidades oriundas das salas de aula sejam conhecidas por todos e que soluções coletivas sejam construídas para o sucesso da equipe.

10.6. SALA DE RECURSOS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Fruto da evolução da integração dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular, a Educação Inclusiva, implantada no CEF 11, em 2006, trouxe em seu bojo um rico instrumento pedagógico: a Sala de Recursos.

A Sala de Recursos media a relação pedagógica entre professores e estudantes com deficiência favorecendo a aprendizagem e a construção do saber que lhes ocorre de modo tão próprio.

As professoras que atuam nesta sala esforçam-se para auxiliar os professores a promoverem as adaptações curriculares necessárias ao sucesso escolar dos estudantes.

Estudantes com deficiência desenvolvem projetos que visam melhorar a autoestima, as habilidades motoras e cognitivas importantes para a formação de habilidades e competências mais amplas. Isto permite aproximação deles com a sociedade, em busca de oportunidades variadas e possibilidades criativas que respeitem as suas diferenças.

10.7. SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional, em suas atividades diárias, busca compreender a realidade, o interesse e as necessidades da comunidade escolar, por meio de um trabalho integrado, em que se desenvolvem ações que permitam a formação integral do cidadão competente.

As questões mais frequentes do trabalho do SOE são o desinteresse dos alunos por sua vida escolar, a agressividade/*Bulling*, a indisciplina, a sexualidade/gravidez precoce, a depredação do patrimônio público escolar, o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas.

Estas questões apresentam-se diretamente ligadas às estruturas familiares (ou a falta delas), problemas de ordem econômico-financeiras e sociais, bem como aos conflitos inerentes às diferentes fases da vida.

Diante deste quadro conflitante, a Orientadora Educacional tem procurado atender aos pais e alunos, compreender seus perfis e transmiti-los aos professores nas coordenações pedagógicas coletivas.

Este serviço, de grande valor para toda a comunidade escolar, fundamenta-se no respeito à pluralidade e liberdade de expressão, à orientação e opinião, à democracia e participação do aluno como um ser integral.

10.8. INSTITUIÇÕES AUXILIARES

10.8.1. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)

A APM é uma instituição auxiliar às atividades da escola, formada por pais, professores e funcionários.

Ela foi constituída no dia 19/06/1979, sob o Número de Inscrição 00.556.589/0001-09.

Tem como objetivos:

- Auxiliar a direção escolar na promoção das atividades administrativas, pedagógicas e sociais da escola, bem como arrecadar recursos para complementar os gastos com o ensino, a educação, a cultura, a melhoria do lanche escolar e pequenos reparos na estrutura física da escola, promovendo eventos na escola destinados à arrecadação de recursos para a APM tais como: Festas culturais, gincanas e afins.
- Criar Projetos para adequação da escola aos programas governamentais que trazem recursos financeiros específicos frente a implantação.
- Buscar parcerias com empresários para patrocinar serviços essenciais à escola, reduzindo a utilização de recursos financeiros próprios.

Há implantado na escola o mural da transparência para divulgação de balancetes, tabelas e quadros de prestação de contas

10.8.2. CAIXA ESCOLAR

A caixa escolar é uma instituição jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União e do GDF, e aqueles arrecadados pela unidade escolar.

Ela foi aberta no dia 30/09/1997, sob o Número de Inscrição 02.137.659/0001-10 e é responsável pelas verbas do:

- ✓ Programa Dinheiro na Escola (PDDE) que tem como objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.
- ✓ Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) tem por objetivo principal oferecer autonomia gerencial às escolas e CRE's - Coordenações Regionais de Ensino, possibilitando-lhes efetivas condições para colocar em prática seus projetos pedagógico-administrativo-financeiros. Assegura os meios para que os diretores e vice-diretores possam realizar, com agilidade e em conformidade com as demandas e necessidades locais, ações e atividades voltadas para a melhoria das condições de funcionamento das escolas e do ensino. Atua como um mecanismo de fomento à participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões relativas às necessidades e prioridades, fortalecendo a autonomia da instituição escolar.

10.8.3. CONSELHO ESCOLAR

Órgão colegiado que tem como objetivo promover a participação da comunidade escolar nos processos de administração e gestão da escola, visando assegurar a qualidade do trabalho escolar em termos administrativos, financeiros e pedagógicos.

São atribuições do Conselho Escolar:

- Participar da execução da proposta pedagógica da escola.
- Avaliar os resultados alcançados no processo de ensino-aprendizagem.
- Apresentar sugestões para a melhoria do desempenho dos estudantes.
- Fiscalizar o cumprimento do calendário escolar.
- Controlar a execução do plano de aplicação dos recursos financeiros disponibilizados para a escola.

- Aprovar a prestação de contas dos recursos aplicados.

São metas do Conselho Escolar:

- Promover a interação entre os segmentos da comunidade escolar objetivando incrementar ações de interesse pedagógicas com fins de melhoria da qualidade do ensino na escola.
- Contribuir com a escola sugerindo ações e atitudes inovadoras usando modernizar o ambiente escolar, intermediar gestões com outros órgãos de governo para que se evite a carência de recursos durante o período letivo.
- Buscar em outras esferas da Administração Pública disponibilização de recursos dotados em projetos e ações relacionadas à educação.

10.9. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS, ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÕES

Da estrutura técnico-pedagógico compete o planejamento, acompanhamento e avaliação de desenvolvimento do processo pedagógico, assessoramento, coordenação e avaliação dos programas e planos de ensino, atuando junto aos docentes, discentes e pais; coordenação e acompanhamento da execução e avaliação dos resultados dos projetos especiais desenvolvidos pela escola para promoção sistemática de reuniões de estudo e trabalho, visando constante aperfeiçoamento das atividades de estudo.

11. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR

11.1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

O processo de ensino e de aprendizagem exige que todos os membros da comunidade escolar avaliem e reflitam sobre a sua importância na construção de uma educação de qualidade.

Aos gestores cabe a responsabilidade pelo cotidiano da escola, o gerenciamento de seu efetivo físico e humano, suas condições de funcionamento e a busca constante pela qualidade do serviço público prestado pela instituição. Representar a escola e aplicar a legislação vigente, também são atribuições do gestor.

A Equipe Diretiva trabalha em clima de respeito e confiança, onde as diferenças têm servido como exercício de tolerância e espírito democrático.

Os membros da direção têm conhecimento de todas as questões tratadas na escola, sejam elas de cunho administrativo ou pedagógico, com capacidade e poder de decisão em momentos de ausência do diretor ou vice-diretor. Destaca-se que a Equipe Diretiva em todos seus cargos possuem missão principal de zelar pela disciplina do corpo discente e que está intrinsecamente ligado ao Pedagógico;

O trabalho em equipe é um aprendizado diário e tem sido tratado com muita responsabilidade e seriedade por todos que a compõem. Assim, acreditamos que, por meio de uma liderança coesa e pedagogicamente comprometida, a escola cumprirá seu verdadeiro papel social de formar cidadãos solidários, críticos, criativos, éticos e criativos.

A Proposta Pedagógica do CEF 11 é fruto do comprometimento e da competência da equipe que o compõe: auxiliares em educação, professores e direção. A busca pela presença e parceria dos pais e responsáveis se traduz no fortalecimento das entidades escolares (APM, Conselho Escolar, etc.) e presença nas atividades desenvolvidas na escola (reuniões bimestrais, festas, feiras, palestras, oficinas).

O amadurecimento pedagógico proporcionado pela possibilidade da formação e atualização dentro e fora do ambiente escolar, tem nos tornado mais fortes, capazes de reconhecer nossas fraquezas e buscar soluções, mas, sobretudo, capazes de reconhecer nossas forças e fazer delas o grande instrumento para fazer desta escola um núcleo da aprendizagem significativa, capaz de subsidiar transformações sociais e formar cidadãos de sucesso.

11.2. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é uma instância democrática de avaliação. Cabe a ele analisar os aspectos e fatos que interferem na aprendizagem, dirimir conflitos e tomar decisões que possam favorecê-la. Esse ano, com a implantação do Ciclo, o Conselho de Classe ocorrerá em sua proposta máxima que é a participação de vários segmentos: pais, alunos e mestres. Contudo, essa modalidade de Conselho realizar-se-á gradativamente; conforme preparo para inclusão dos novos participantes.

Uma das grandes finalidades do Conselho de Classe é diagnosticar as causas dos desempenhos insatisfatórios e propor, coletivamente, sugestões para revertê-los.

O Conselho de Classe tem subsidiado os professores, a orientadora educacional e a direção com informações importantes, de cunho pedagógico e disciplinar, que permitem a tomada de decisões e encaminhamentos necessários ao crescimento de toda a comunidade escolar.

11.3. RECUPERAÇÃO PROCESSUAL

Prevista pelo Regimento Escolar das Instituições da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a recuperação das habilidades não desenvolvidas durante o trabalho pedagógico deverá ser paralela e contínua, inserida no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, os professores de todas as áreas do conhecimento têm planejado instrumentos e atividades que envolvam conteúdos ministrados anteriormente, provas cumulativas, pesquisas e trabalhos que tornem a recuperação eficaz.

12. ESTRATÉGIAS

- Reunião com a equipe para entrosamento e planejamento anual.
- Encontros para promoção das relações interpessoais.
- Incentivo oral e escrito para o crescimento profissional e/ou pessoal do corpo docente.
- Orientação na seleção de conteúdos.
- Assistência técnica e pedagógica à comunidade escolar.
- Organizar pesquisas e registros via observações e informações diretas sobre necessidades do processo ensino-aprendizagem.
- Coordenação e levantamento de atividades, recursos didáticos e pedagógicos.

- Acompanhamento e análise por meio de relatórios e fichas dos projetos pedagógicos e das formas de avaliação e recuperação.
- Palestras, textos formativos e informativos, incentivo para a criação de concursos diversos como produções de textos, poesias, exposições de trabalhos como culminância de projetos, apresentações abrangendo aspectos da arte e promoção de intercâmbio cultural.
- Reuniões de pais e educadores para promoção das relações interpessoais e da educação.
- Conselhos de Classe, previstos no calendário e extraordinário.
- Reunião e encontros com objetivos específicos.
- Seleção de conteúdos para auxiliar no trabalho do educador.
- Promoção de oficinas para confecção de material didático.
- Organização de material didático e pedagógico para facilitar o trabalho docente e discente.
- Relatórios e fichas de atividades desenvolvidas pelos docentes, de acordo com a proposta pedagógica.
- Pesquisas e apresentação de técnicas e dinâmicas em apostilas para os educadores, visando melhoria da leitura, ortografia, compreensão, interpretação e raciocínio lógico.
- Exposições de trabalhos em eventos para conclusão de projetos diversos, datas comemorativas e outros.
- Montagem de mural informativo, social e cívico.
- Orientação quanto à elaboração de planos de aulas, avaliação e recuperação.
- Acompanhamento da conservação, manutenção auxiliando e apoiando a gestão democrática.

13. METAS

13.1. MELHORIA DO IDEB

O CEF 11 vive hoje um novo desafio: superar as adversidades do passado e resgatar valores responsáveis pelo progresso de nossa Comunidade Escolar. A escola está inserida no Programa Escolas que queremos e será avaliada à fim de identificar melhorias nos índices avaliativos da aprendizagem .

13.2. COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

Agravada pelo problema da defasagem idade/série, a evasão escolar é fator intrínseco ao baixo percentual constado no IDEB. Nestas condições, a Direção buscará se aproximar das famílias envolvidas na questão, trabalhando, sobretudo a prevenção da problemática. As ações previstas iniciam-se com levantamentos periódicos, constatando o histórico de faltas injustificadas do aluno, seguindo até ao atendimento especializado das famílias pelo Serviço de Orientação Educacional presente na escola.

13.3. DIMINUIR A RETENÇÃO ESCOLAR

Objetivamos envolver o aluno numa temática ensino-aprendizagem de forma a garantir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Nota-se que a ausência de propostas desta natureza ao longo dos anos, foi responsável pelo grande desinteresse constatado em nossos alunos. Será necessário persuadir o corpo discente em projetos diversos que atendam amplamente a seu interesse.

Será feito um levantamento, junto com a secretaria da escola, dos alunos a partir de 15 anos de idade, para que os pais optem por encaminhá-los às escolas que possuam a Modalidade do EJA na tentativa de correção da defasagem.

14. METODOLOGIA

Baseado em sua prática pedagógica cada professor pode refletir e planejar a rotina mais pertinente para o grupo.

Pela metodologia perpassa a concepção de sujeito e conhecimento. Orienta a ação pedagógica, refletida nos procedimentos e atitudes do professor com relação à sua prática.

A busca de alternativas onde o professor possa favorecer o desenvolvimento de seus alunos enquanto sujeito autônomo, construtores de conhecimento e de cultura, propiciará uma Educação, do ensino fundamental, participativa e longe de ser reprodutora ou marginalizadora, excluindo a prática com base no fazer por fazer, o jogar por jogar, reforçando que a ação pedagógica é um meio para que se atinja aquilo que se pretende.

A valorização do contexto interacional modifica a antiga concepção educacional a respeito da relação adulto/criança, destacando a importância da ação recíproca: ‘criança X criança’ e ‘criança X adulto’ no Ensino Fundamental.

O trabalho deve acontecer com base numa metodologia participativa, entre os professores, os alunos, os pais, com trabalhos em grupo, com pesquisas e questionamentos, numa ação dialógica, deixando aparecer suas diferentes falas, sem perder de vista a individualidade da criança, suas iniciativas particulares, suas referências. A afetividade não pode ser esquecida, fazendo acontecer um dia-a-dia construtor de relações afetivas.

A metodologia deve ser variada e criativa, facilitando a compreensão, fixação e avaliação do trabalho desenvolvido por educadores e educandos.

14.1. SUGESTÕES:

- Aulas expositivas e dialogadas utilizando recursos tecnológicos.
- Dinâmicas e técnicas de estudo individual e de grupo.
- Pesquisas e apresentações de trabalhos.
- Dramatizações e teatro.
- Músicas e danças interdisciplinares.
- Leituras diversificadas.
- Entrevistas.
- Debates.
- Concursos de poesia.
- Exposições gerais.

15. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

Entende-se por Avaliação Institucional, aquela em que o processo de avaliação é inserida em escolas públicas para avaliar estas instituições com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino e buscar métodos e técnicas que as ajudem a melhorar a qualidade da educação brasileira em todos os níveis e modalidades.

Dentro da avaliação institucional podem observar questões múltiplas como de estrutura, organização e funcionamento, e expectativa, mas, sobretudo, a construção do conhecimento.

A finalidade da avaliação institucional é perseguir um ensino cada vez melhor que traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade brasileira. A escola é um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. A avaliação é construída e vivenciada em todos os momentos, por todos os envolvidos como a comunidade escolar, os alunos, a direção, os professores e os auxiliares em educação.

A avaliação desempenha o papel importantíssimo de possibilitar a construção da autonomia do sujeito e da instituição escolar, produzindo mudanças e melhorando a qualidade da educação como um todo.

Serão adotadas por esta instituição, estratégias de informação, orientação e conscientização para avaliar as cinco atividades que mais afetam a vida escolar: a equipe diretiva, equipe de professores, equipe de secretaria escolar, equipe de apoio/portaria e merenda escolar, de modo que se possa diagnosticar e emitir suas opiniões, através de questionário simples de perguntas e respostas objetivas.

Com relação ao processo ensino-aprendizagem, a avaliação é um elemento imprescindível. Ela deve ser entendida como um instrumento a serviço da melhoria das práticas educativas, que permite orientar, acompanhar, regular e replanejar o trabalho pedagógico de acordo com a sua função.

Quando se fala em avaliação, existem três funções possíveis: a avaliação prognóstica, a cumulativa e a formativa. No primeiro caso, a avaliação precede a ação de formação, permitindo um ajuste do programa ao aprendiz. A avaliação cumulativa ocorre depois da ação, verificando se as aquisições visadas pela formação foram obtidas. Tem a intenção de certificar e é sempre terminal. A avaliação formativa ocorre no centro da ação de formação e tem função de contribuir para a regulação da atividade de ensino. Seu objetivo maior é informar alunos ou professores sobre o andamento do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação não deve ser confundida com uma simples emissão de opinião, sem qualquer critério. Ao contrário, ela usa métodos de pesquisa e julgamento para determinar padrões de qualidade e concluir se eles são relativos ou absolutos; ainda, para coletar informações relevantes e aplicar parâmetros para determinar valor, qualidade, utilidade, eficácia ou importância.

Avaliar, como tarefa docente, orienta a prática pedagógica. Dá identidade ao professor, normatiza suas ações, define procedimentos escolares, media relações, determinando continuidades e rupturas.

A construção do processo avaliativo evolui para um distanciamento da avaliação classificatória, na qual o pensamento dualista, que tem sido sistematicamente exposto, já não atende à dinâmica escolar.

É necessária a investigação permanente do processo de aprendizagem e de ensino em toda a sua complexidade, pois a intenção não é controlar e classificar, mas compreender e interagir.

Deve-se compreender, ainda, que o ato do conhecimento e o produto do conhecimento são inseparáveis. O desafio em questão é vivenciar a avaliação como prática investigativa para compreender o movimento de aprendizagem dos alunos.

A prática dialógica em sala de aula é condição essencial para uma avaliação mediadora, um ato pedagógico insubstituível. O erro deve ser compreendido de forma positiva e transformado em situações de aprendizagem.

A intenção dessa instituição educacional é aplicar a avaliação formativa, processual e contínua que se diferencia da avaliação tradicional por se tratar de um modo de regular a aprendizagem, uma maneira que permite individualizar a avaliação. Ela fornece um diagnóstico individualizado para que o aluno identifique seu nível de domínio e seus erros, podendo, então, compreendê-los e trabalhá-los. Nesse aspecto, diferencia-se da avaliação tradicional na medida em que fornece um “*feedback*” constante, para que os professores regulem a aprendizagem de seus alunos.

A escola oferece a Avaliação Interdisciplinar que, através de um tema pré estudado e trabalhado anteriormente pelos professores e alunos, serão dispostas questões objetivas que visam o aprendizado mútuo entre os conteúdos.

Portanto, nos anos finais do ensino fundamental faz-se necessário ofertar uma avaliação diversificada, por meio de vários instrumentos avaliativos – pesquisas, relatórios, questionários, testes, portfólios, entre outros, envolvendo as dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora e social do aluno.

A avaliação acontece, também com um diálogo nas coordenações sobre a aprendizagem e no Conselho de Classe onde o mesmo aparece como sujeito envolvido no processo avaliativo para

reflexão coletiva do fazer pedagógico identificando as faltas de pré-requisitos ou altas habilidades dos alunos, problemas de aprendizagem, comportamento e desvios de conduta e encaminha-os ao SOE, solicita a presença dos pais e repassa à Direção e ao Conselho Escolar para conhecimento.

Todas as avaliações bimestrais interdisciplinares são comunicadas aos pais e Conselho Escolar via comunicado para conhecimento das datas e alteração de horários de liberação dos discentes.

Temos a avaliação em larga escala promovida pelo Ministério de Educação através da Prova Brasil que faz surgir o Índice Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

16. RECURSOS FINANCEIROS:

Nos Programas de Governo PDAF, PDDE, PDE e Mais Educação esperamos modernizar o ambiente escolar, promover passeios e eventos pedagógicos que envolvam educandos e educadores para desenvolver e melhorar o trabalho pedagógico e a qualidade de ensino.

- ✓ Assegurar publicidade legalidade e transparência na utilização dos recursos financeiros;
- ✓ Gerir democraticamente conforme prevê a legislação a aplicação de recursos financeiros;
- ✓ Programar políticas para angariar recursos financeiros destinados à APM, garantindo assim, melhorias gradativas na escola;
- ✓ Buscar dotação orçamentária ao aderir a programas governamentais.

17. PROJETOS:

TÍTULO DO PROJETO	LEITURA EM AÇÃO
APRESENTAÇÃO/ JUSTIFICATIVA	<p>Considerando a deficiência na escrita e no vocabulário que os alunos do nono ano do Ensino Fundamental trazem e com o intuito de despertar o interesse pela leitura, o presente projeto vem sugerir a Literatura como ponto de partida para que o aluno exercite a leitura, a reflexão, a interpretação e a produção de textos como ferramenta capaz de melhorar sua oralidade, escrita e vocabulário.</p> <p>Espera-se que o hábito de leitura venha proporcionar ao aluno a construção de sua identidade, a socialização do saber através da reflexão do mundo e da troca de experiências decorrente de uma literatura universal, atemporal e intelectual cujos temas são recorrentes ao cotidiano do aluno, levando-o ao êxito nas necessidades intelectuais individuais.</p>
PÚBLICO ALVO	Alunos do 6º ao 9º anos
RECURSOS HUMANOS	Alunos e professores do Centro de Ensino Fundamental 11 de Taguatinga
RECURSOS MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none">- Livros de Literatura – estrangeira e nacional (contos, crônicas, teatro, literatura afrodescendente, poesias, mitologia, literatura indígena)- Materiais para confecção de mural
RECURSOS FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none">- Doações- Recursos da Feira do Livro e da Bienal do Livro
OBJETIVO GERAL	- Desenvolver, nas salas de Leitura e de aula, um projeto voltado para a valorização da leitura como um elemento essencial para o processo comunicativo, a fim de despertar no aluno o hábito de ler.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none">- Incrementar a leitura no âmbito escolar;- Acrescentar ao cotidiano escolar a prática de leitura do livro com prioridade no processo de aprendizagem;- Apresentar ao educando as diferenciadas linguagens, enriquecendo a rotina escolar, estimulando a leitura e a produção do texto oral e escrito;- Exercitar a leitura como prática democrática, fundamental na formação do senso crítico e da cidadania.
METODOLOGIA/	- O processo será desenvolvido ao longo do ano letivo. Será uma parceria da Sala de leitura com os professores do Centro de Ensino Fundamental 11 de Taguatinga – das

<p>DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE</p>	<p>turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental – séries finais. O conteúdo do Gênero literário será introduzido pelo professor de Português ou da parte diversificada voltada para a área de códigos e linguagens.</p> <p>- O Atendimento será uma vez por semana, no horário do professor de Português. O mesmo deverá encaminhar os alunos em grupos de dez à sala de leitura. O professor de Sala de Leitura apresentará os livros pré-selecionados, entre os quais os alunos deverão de acordo com critérios pré-estabelecidos pelo professor de Português ou Parte Diversificada e fazer o empréstimo do livro.</p>
<p>CRONOGRAMA DE TRABALHO</p>	<p>- Trabalhar semanalmente com todas as turmas.</p>
<p>RESULTADOS ESPERADOS</p>	<p>- Melhor argumentação, vocabulário, escrita, socialização, reflexão de mundo e bom desempenho na leitura, sobretudo o interesse pela leitura.</p> <p>- Aumentar a concentração e atenção dos alunos a cada encontro com a leitura;</p> <p>- Ampliação do repertório dos alunos por meio da leitura e do empréstimo de livros.</p>
<p>AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</p>	<p>- O professor deverá, em sala de aula, avaliar a leitura da obra literária.</p>

TÍTULO DO PROJETO	PROJETO DA SALA DE LEITURA
APRESENTAÇÃO/ JUSTIFICATIVA	O presente projeto tem como objetivo, despertar o interesse do aluno(a) pela leitura dos mais variados clássicos literários do cenário nacional e internacional, os denominados clássicos universais partindo de uma abordagem dos tipos dos gêneros literários e gêneros do discurso. Essa proposta de orientação possibilitará ao aluno a capacidade de identificar, no momento da leitura, a qual modalidade de gênero, o texto pertence ou se classifica.
PÚBLICO ALVO	Alunos do 6º ao 9º anos
RECURSOS HUMANOS	Professoras readaptadas que atendem na Sala de Leitura
RECURSOS MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Livros de Literatura – clássicos universais; - Cartolinas; - Tintas; - Cenários; - Figurinos;
RECURSOS FINANCEIROS	PDDE / PDAF / APM
OBJETIVO GERAL	<ul style="list-style-type: none"> - Despertar o interesse do aluno pela leitura através de livros literários universais; - promover o conhecimento de todos os gêneros literários e gêneros do discurso.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> - Despertar e criar no aluno o interesse e o hábito da leitura; - Identificar e classificar no texto lido, o gênero literário abordado; - Reconhecer a importância dos clássicos literários no mundo atual; - Melhorar o vocabulário através da leitura dos clássicos literários reconhecendo palavras arcaicas e neologismos; - Conhecer a semântica nas formas culta e coloquial- popular pela leitura dos mais variados gêneros literários; - Utilizar a leitura dos clássicos literários e seus variados gêneros, como instrumento para socializar o conhecimento.
METODOLOGIA/ DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	O projeto será desenvolvido bimestral ou semestralmente de acordo com a necessidade da escola, da turma ou do professor. Será uma parceria da sala de leitura com os professores das turmas dos 9º anos do Ensino Fundamental – séries finais. O conteúdo de gêneros literários (classificação) será introduzido pelo professor de português, literatura ou da parte diversificada voltada para a área de códigos e linguagens. Os alunos serão separados em grupos de dez, e em cada horário de aula do professor os encaminhará a Sala de Leitura para uma explanação (explicação) de todos os gêneros literários. Receberão material didático em forma de apostila para acompanharem a leitura e anotações sobre o tema abordado. O professor da Sala de Leitura apresentará todos os livros, entre os quais eles poderão escolher de acordo com o gênero literário a ser estudado naquele bimestre. Terão acesso ao livro a ser

	lido podendo estender a leitura em casa, caso assim queiram. O (a) professor (a) deverá em sala de aula, sugerir melhor forma de trabalhar a obra literária lida por cada aluno, sendo em forma de seminário, ou encenação, ou em forma de um estudo dirigido, ou como roteiro literário, ou produção de um texto como uma resenha, resumo, redação ou um ensaio. Ficarà a critério do(a) professor(a) e do(a) aluna(a).
CRONOGRAMA DE TRABALHO	Será desenvolvido ao longo dos quatro bimestres do ano letivo.
RESULTADOS ESPERADOS	Melhor argumentação, vocabulário, escrita, socialização, reflexão de mundo e bom desempenho na leitura, sobretudo o interesse pela leitura.
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	Observação (professor) Percepção dos avanços alcançados (Aprendizagem significativa)

TÍTULO DO PROJETO	“ DIA DO ESTUDANTE ”
APRESENTAÇÃO/ JUSTIFICATIVA	O mês de Agosto sempre desperta um grande interesse nos alunos quanto ao tema de comemoração do “Dia do estudante”.
PÚBLICO ALVO	Alunos e profissionais da educação.
RECURSOS HUMANOS	Pais; Alunos; Professores; Coordenadores; Auxiliares de educação e Direção
RECURSOS MATERIAIS	Kit multimídia; Lápis de cor, tintas; Papéis diversos; Aparelho de som, computador, data show; Livros; Jornais e revistas; Cola, tesoura, TNT, EVA, cartolinas, papel pardo, fitas adesivas, pincéis.
RECURSOS FINANCEIROS	Gincana Agostina, bazar e doações.
OBJETIVO GERAL	O objetivo principal do projeto é trazer foco para o protagonismo estudantil . Isso se dará através de atividades lúdicas e prazerosas, contribuindo para a socialização dos alunos junto aos profissionais da educação
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração entre o corpo discente e docente; • Valorizar e demonstrar atitudes de respeito com os profissionais da educação; • Compreender o protagonismo estudantil para a evolução do processo ensino-aprendizagem; • Perceber a importância do trabalho em equipe e a união do mesmo.
METODOLOGIA/ DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	Durante os meses de julho/agosto será realizada uma mini-gincana voltada para arrecadação de fundos e gêneros para realização da festa comemorativa do dia estudante com gratuidade de lanches em comidas típicas
CRONOGRAMA DE TRABALHO	A culminância do projeto concretiza-se com a realização da grande festa no dia 14/08/2020
RESULTADOS ESPERADOS	A festa do estudante é um excelente momento para a soma de conhecimentos e vivências coletivas, gerando um impacto positivo na vida escolar dos alunos.
AValiação DOS RESULTADOS	Será no decorrer do projeto a participação, a colaboração e a organização dos alunos durante as atividades.

PROJETO – SEMANA DE RECUPERAÇÃO
ETAPAS: Semana de aulas de recuperação no mês de dezembro de cada ano letivo.
TOTAL DE ESTUDANTES: Alunos que se encontram em recuperação pós Conselho de Classe do 4º Bimestre.
AUTOR (A): Equipe de Coordenação e Supervisão Pedagógica do CEF11
EQUIPE RESPONSÁVEL: Professores da instituição de ensino.
JUSTIFICATIVA
<p>Acredita-se que apesar de todo o empenho da equipe docente em realizar as mais diversificadas atividades e avaliações, recuperação contínua, dentre tantas outras maneiras de auxiliar o aluno para que esse adquira o conhecimento suficiente para alcançar a média esperada, mesmo assim, alguns alunos precisam de mais um acompanhamento minucioso e individualizado.</p>
OBJETIVOS
GERAL: Proporcionar ao aluno subsídios para que esse consiga obter conhecimento do conteúdo que ficara defasado durante o ano letivo.
ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> * Realizar aulas direcionadas apenas aos alunos que encontram-se em defasagem de aprendizado. * Apreciar um atendimento mais privativo aos que estão nesse processo de aprendizagem. * Proporcionar aulas com novas abordagens ao conteúdo estudado no decorrer do período letivo.
CONTEÚDOS
<ul style="list-style-type: none"> * Aulas teóricas. * Exercícios de fixação. * Tira dúvidas personalizado.
PÚBLICO-ALVO
Somente alunos que se encontram abaixo da média após Conselho do quarto bimestre.
CRONOGRAMA
O período será estipulado durante uma ou duas semanas de dezembro, após realização do Conselho de Classe do quarto bimestre, conforme calendário criado pela instituição de ensino.
AVALIAÇÃO DO PROJETO
Esta ocorrerá no decorrer das aulas realizadas e, principalmente, no dia da Avaliação Final, de acordo com o calendário escolar planejado pela SE.

18. BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar: (+ qualidade total na educação)**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. **Estórias de quem gosta de ensinar: O fim dos vestibulares**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ANTUNES, C. **A avaliação da aprendizagem escolar: fascículo 11**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
Casos, fábulas, anedotas ou inteligências, capacidades, competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Professor bonzinho = aluno difícil: A questão da indisciplina em sala de aula, fascículo 10**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Relações interpessoais e autoestima: a sala de aula como um espaço de crescimento integral, fascículo 16**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2006.

Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei 8069, de 13 de julho de 1990**. *Vade Mecum*. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2007. 4ª Edição.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Brasília: Imprensa Nacional, 2006.

DODF, nº 207, **Lei Nº 4.036/2007**. Brasília:, p. 1-4, de 26 de outubro de 2007.

FANTE, C. **Fenômeno *Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas, SP: Versus Editora, 2005.

FERNANDES, M. E. A. **Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?, módulo IX**. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

GROSBAUM, M. W. **Progestão: como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?, módulo IV**. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MARÇAL, J. C. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III**. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

_____. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE**. Brasília, 2006

MORALES, P. **A relação professor-aluno: o que é como se faz.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

MOREIRA, A. M. de A. **Progestão: como gerenciar os recursos financeiros?, módulo VI.** Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

NEUENFELD, D. J. **Recreio Escolar: O que acontece longe dos olhos dos professores?** R. da Educação Física/UEM, Maringá, v. 14, n 1, p.37-45, 1º sem. 2003.

SEDF. **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Ensino Fundamental 5ª a 8ª série.** Brasília, 2002

SEEDF. **Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** Brasília, 2008.

SCHELB, G. Z. **Violência e criminalidade infanto-juvenil intervenções e encaminhamentos.** Brasília: Editora do autor, 2005. 2ª Edição.

OSÓRIO, Luiz Carlos e VALE, Maria Elizabeth Pascual do. **Manual de terapia Familiar.** Org. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WOLF, Antony E. **Eu ouviria meus pais se pelo menos eles calassem a boca: o que dizer e o que não dizer quando educamos adolescentes.** Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

